

A CONDIÇÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Ademilson dos Santos Oliveira
ademilsonso12@gmail.com
Licenciado em História
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV)

RESUMO

Este trabalho aborda a condição do estudante com deficiência no ensino superior, considerando a trajetória histórica das pessoas com deficiência e os avanços das políticas públicas voltadas à educação especial e inclusiva. O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira as políticas públicas, os recursos de acessibilidade e os serviços educacionais contribuem para garantir o acesso, a participação e a permanência desses estudantes nas instituições de ensino superior. O referencial teórico fundamenta-se em autores e documentos que discutem deficiência, capacitismo, educação inclusiva e direitos educacionais, com destaque para Débora Diniz, Miguel Bordas e Osni Oliveira Noberto da Silva, além da Declaração de Salamanca, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Brasileira de Inclusão. O objetivo é analisar as condições educacionais destinadas aos estudantes com deficiência, enfatizando a importância das Salas de Recursos Multifuncionais, dos profissionais de apoio e dos recursos de acessibilidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada na análise de produções acadêmicas, legislações e documentos normativos. Os resultados evidenciam avanços na legislação brasileira quanto ao direito à educação em todos os níveis, embora permaneçam desafios para sua efetivação nas universidades. Conclui-se que a inclusão no ensino superior requer políticas institucionais de acessibilidade, serviços de apoio e práticas pedagógicas inclusivas que reduzam barreiras e capacitismo, assegurando acesso, participação, aprendizagem, permanência e conclusão da trajetória acadêmica.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Ensino superior. Pessoa com deficiência. Acessibilidade.

Sessão Temática: Educação Especial e Práticas Pedagógicas Inclusivas.

Jacobina, 17 de agosto de 2026.

Comissão Científica do Evento
Portaria nº 70 de 21 de julho de 2026.